

## **PREGÃO PRESENCIAL 14/2019**

### **1 – PREÂMBULO**

1.1 - A Prefeitura do Município de Santa Gertrudes torna público para conhecimento dos interessados que na sala do Departamento de Compras e Licitações, localizada na Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, será realizada licitação na modalidade de **Pregão Presencial** do tipo **maior oferta global**, o qual será processado de acordo com o que determina a Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto 2.587/2008, Resolução CMN-BACEN 3.402/2006 e, suplementarmente, o Decreto Municipal 1.543/2007, de 21 de março de 2007, a Lei Federal 8.666, de 21 de agosto de 1993 e suas alterações, a Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147/2014, de 07 de agosto de 2014, Circular 3522 do Banco Central, além das cláusulas e condições constantes neste Edital e seus respectivos Anexos.

1.2 - Os documentos referentes ao credenciamento, e os envelopes 01 – Proposta de Preço e 02 – Documentos, serão recebidos pelo Setor de Protocolo, no Paço Municipal, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, até às **08:30 horas do dia 22 de agosto de 2019**. A sessão pública dirigida pela Pregoeira, se dará **no mesmo dia e local, às 09:00 horas**, nos termos das legislações supracitadas, deste edital e dos seus anexos.

1.3 - Integram este ato convocatório os seguintes anexos:

- I – Termo de referência e especificações técnicas;
- II – Formulário de proposta financeira;
- III – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- IV – Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;
- V – Modelo de declaração de regularidade para com o Ministério do Trabalho;
- VI – Modelo de Procuração.
- VII – Minuta do Contrato;
- VIII - Termo de Ciência e Notificação junto TCESP;
- IX – Modelo de Declaração para empresas em recuperação judicial;
- X - Modelo de Declaração para empresas em recuperação extrajudicial.

### **2 – DO OBJETO**

2.1 - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de instituição financeira oficial ou instituição bancária privada, para centralização da prestação de serviços bancários de pagamentos dos salários dos servidores/funcionários ativos e inativos, e pensionistas da Prefeitura, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência.

### **3 - DO PREÇO**

3.1 - O valor mínimo da contratação está estimado em **R\$ 1.033.336,67 (Hum milhão, trinta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, com base nos parâmetros dispostos no Anexo I – Termo de Referência.

#### **4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 – A Administração Municipal não investirá nenhum recurso financeiro em decorrência da contratação originada pela presente licitação.

#### **5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar desta licitação interessados que:

5.1.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

5.1.2. Atendam todas as exigências deste Edital.

5.2. Será vedada a participação de empresas:

5.2.1. Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas **OU** punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual E Municipal;

5.2.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas **OU** punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com este órgão licitante;

5.2.3. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução e liquidação;

5.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público ou dirigente deste Município, nos moldes do artigo 9º, da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

**5.2.5. Que esteja sob processo de intervenção, liquidação pelo Banco Central.**

5.3. A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

#### **6 - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

6.1. Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

6.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.3. Por credenciamento entende-se a apresentação dos documentos abaixo especificados, conforme as diferentes hipóteses de representação:

6.3.1. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida diretamente por órgão integrante da estrutura organizacional da pessoa jurídica (Diretor, Gerente, etc.) documentos que comprovem a existência de poderes de representação do titular do cargo (atos constitutivos da pessoa jurídica – Estatutos Sociais ou Contrato Social **devidamente registrados**), acompanhados de documentos que comprovem a eleição do credenciando para o dito cargo (Ata de Assembléia–Geral e, quando for o caso, também Ata do

Conselho de Administração, em que tenha(m) ocorrido a(s) eleição(ões) a serem comprovada(s), devidamente registradas);

6.3.2. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e a sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: os mesmos documentos arrolados no item 6.3.1, neste caso relativamente à pessoa que representar a licitante na procuração, acompanhados da procuração (**COM FIRMA RECONHECIDA**), na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;

6.3.3. Quando a licitante for constituída sob a forma de empresário individual e sua representação estiver sendo exercida diretamente pelo titular: declaração de empresário individual devidamente registrada;

6.3.4. Quando a licitante for constituída sob a forma de empresário individual e sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: o mesmo documento referido no item 6.3.3, acompanhado da procuração na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação.

6.4. Nas hipóteses em que o representante da licitante for procurador e a sua constituição tiver sido formalizada por meio de instrumento particular de procuração, a firma da pessoa que representar a licitante na procuração deverá ser reconhecida por tabelião.

6.4.1. Esses documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pela Pregoeira, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio da Prefeitura, à vista do original.

6.5. A não-apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder por ela até que seja cumprido o disposto neste Edital.

6.6. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto

6.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.9. Encerrada a fase de credenciamento pela Pregoeira, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

6.10. O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de **documentação defeituosa no credenciamento**, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

6.11. Em seguida proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo a proposta de preço-oferta e os documentos de habilitação, em 02 (dois) envelopes **não transparentes, fechados e indevassáveis**, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES  
**PREGÃO PRESENCIAL 14/2019**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço completo do licitante.

ENVELOPE 01: PROPOSTA DE PREÇO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES  
**PREGÃO PRESENCIAL 14/2019**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço completo do licitante.

ENVELOPE 02: DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.

6.11.1. Caso a indicação acima referida apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes, ou mesmo inversão dos envelopes (proposta no envelope de documentação ou vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, **desde que a incorreção apontada não cause dúvida nem atrapalhe o andamento do processo.**

6.12. Em nenhuma hipótese serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

6.13. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no **Anexo III DEVERÁ SER APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES 01 (UM) E 02 (DOIS).**

6.14.1. **A não-entrega da Declaração exigida no subitem 6.13. deste Edital implicará o não-recebimento, por parte da Pregoeira, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.**

## **7 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 (UM) - PROPOSTA FINANCEIRA:**

7.1. O envelope 01 (um) deverá conter a proposta financeira da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

7.1.1. Ser apresentada no formulário conforme Anexo II deste Edital, ou em formulário próprio contendo, no mínimo, as mesmas informações exigidas no primeiro, datilografada, digitada, **ou à mão, desde que legível**, em língua portuguesa, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;

7.1.2. Apresentar os preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas,

previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta;

7.1.2.1. Preço total, em moeda corrente nacional, **com precisão de 02(duas) casas decimais**, devendo estar incluídos todos os tributos, impostos, taxas, fretes, descontos, bonificações, dentre outros;

7.1.2.2. – A oferta a ser apresentada deverá observar as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

7.1.2.3. - Adotar-se-á como critério de aceitabilidade da oferta o valor mínimo indicado no Anexo I – Termo de Referência.

7.1.2.4. – A oferta apresentada permanecerá fixa e irrevogável, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, que deverá ser comprovado pelo Contratado e aprovado pelo Contratante.

7.1.3. Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de encerramento da licitação. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

7.1.4. Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá fornecer o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail);

**7.1.5. Prazo para o pagamento: Em até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de início da vigência contratual;**

7.2. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão às da proposta.

7.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. A proposta financeira será considerada completa abrangendo todos os custos necessários à execução do objeto.

7.5. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

7.6. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

7.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada **ou incrementada** a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

7.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

## 8 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1 - Na fase de habilitação, o licitante que ofertar a maior oferta, deverá apresentar os seguintes documentos:

8.1.1 - Habilitação Jurídica (art. 28 da Lei Federal 8.666/93):

8.1.1.1 - Ato de criação do licitante conforme o caso:

8.1.1.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.1.1.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou simples, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (última ata da assembléia geral) e

8.1.1.1.3. - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1.2. Os documentos relacionados nos subitens 8.1.1.1.1. a 8.1.1.1.3. deste subitem 8.1.1. não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão com os requisitos especificados no item 6.

8.1.2 - Regularidade Fiscal (art. 29 da Lei Federal 8.666/93):

8.1.2.1. Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));

8.1.2.2. Provas de regularidade, em plena validade, para com:

8.1.2.2.1. A Fazenda Federal **e com a Seguridade Social**, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, através de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), conforme Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014, Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

8.1.2.2.2. A Fazenda Estadual (Certidão Negativa **DE DÉBITOS INSCRITOS E DE DÉBITOS NÃO INSCRITOS** quanto a Dívida Ativa do Estado);

8.1.2.2.3. A Fazenda Municipal, referente a Tributos Mobiliários, do domicílio ou sede do licitante e em nome da licitante;

8.1.2.2.4. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br));

8.1.2.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br));

8.1.2.3 - As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa.

8.1.2.4 - Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

### **8.1.3 – Qualificação Técnica (art. 30 da Lei 8.666/93):**

#### **8.1.3.1 - Autorização de funcionamento, registro ou inscrição da instituição financeira e do estabelecimento bancário junto ao Banco Central do Brasil.**

### **8.1.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

8.1.4.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e/ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta financeira.

8.1.4.2. As empresas que se encontrarem em recuperação judicial e/ou extrajudicial deverão apresentar as declarações constantes nos Anexos IX e X. Caso o vencedor não apresente o comprovante de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e/ou Extrajudicial conforme compromisso assumido nos Anexos IX e X, ficará impedido de assinar retirar a autorização de fornecimento, portanto, será considerado inabilitado e dar-se-á seguimento a lista de classificados para atendimento do objeto do certame.

8.1.4.2.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, referente a recuperação judicial e/ou extrajudicial, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

8.1.4.3. A certidão referida no item 8.1.4.2.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente serão aceitas com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

### **8.1.5 – Outras Comprovações:**

8.1.5.1. Declaração escrita e expressa de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea, impedida ou suspensa de licitar ou contratar com a administração pública, em quaisquer de suas esferas e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.(Anexo IV )

8.1.5.2. Declaração escrita e expressa que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos.(Anexo V)

8.1.5.3. Declaração escrita e expressa que está ciente de que no momento da retirada da autorização de fornecimento deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial. **(somente para o caso de empresas em recuperação judicial) (Anexo IX).**

8.1.5.4. Declaração escrita e expressa: está ciente de que no momento da retirada da autorização de fornecimento deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial. **(Somente para o caso de empresas em recuperação extrajudicial) (Anexo X).**

## **8.2 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

8.2.1 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão de imprensa oficial, devendo os documentos, preferencialmente ser relacionados, separados e apresentados na ordem estabelecida neste Edital.

8.2.1.1. As autenticações poderão também ser feitas pela Pregoeira ou membro da equipe de apoio, nos termos do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, no ato de abertura do envelope respectivo, desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao representante legal presente.

**8.2.2 - Certidões que omitirem a data de seu vencimento, só serão aceitas se tiverem sido expedidas até no máximo 03 (três) meses retroativos à data da abertura dos envelopes.**

8.2.3 - Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente com o CNPJ e endereço respectivo.

8.2.4 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.2.4.1 – Caso a Licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta no item 8.**

8.2.5 - Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

## **9 - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

9.1 - O Pregão realizar-se-á de acordo com a legislação vigente, as disposições já consignadas no presente edital, e as que seguem:

9.2 - No dia, hora, e local designado neste edital, os licitantes deverão comprovar a Pregoeira a representação para a prática dos atos do certame, nos termos da cláusula 6.1 deste edital.

9.3 - Aberta a sessão pública do Pregão, com a conferência dos documentos de credenciamento das interessadas, serão recebidos pela Pregoeira os envelopes 01 – Proposta de Preço e 02 – Documentação.

9.4 - Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

9.5 - Verificada a regularidade formal dos envelopes, estes serão rubricados pelos membros da Equipe de Apoio, Pregoeira e representantes dos licitantes. Os participantes deverão entregar a Pregoeira a declaração nos moldes do Anexo III. Em prosseguimento, a Pregoeira procederá à abertura dos envelopes 01 – Proposta de Preço, e seus conteúdos analisados pela Pregoeira e Equipe de Apoio, no que tange a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

9.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências essenciais deste edital e seus anexos, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas na própria sessão pelo licitante, por simples manifestação de vontade de seu representante.

9.7 - As demais propostas serão classificadas provisoriamente em ordem decrescente de preços.

9.8 - Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de participantes, ofertas, propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação, e a ordem de classificação provisória.

9.9 - A Pregoeira abrirá oportunidade para o oferecimento de sucessivos lances verbais aos representantes dos licitantes cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre a maior e menor oferta inferior àquela em até 10% (dez por cento), repetindo-se o procedimento para cada uma das propostas classificadas na forma do item 9.8.

9.10 - Quando não forem verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, serão chamados a dar lances verbais os representantes dos licitantes que apresentaram as maiores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os valores ofertados.

9.11 - A Pregoeira abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais, respeitadas as sucessivas classificações provisórias, até o momento em que não sejam ofertados novos lances maiores aos já existentes.

9.11.1 - A diferença entre os lances **não poderá ser inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** podendo este valor ser alterado a critério da Pregoeira na fase de lances e com a concordância dos participantes da fase.

9.12 - Não serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado, bem como 02 (dois) lances do mesmo valor, prevalecendo, nesse caso, aquele que foi ofertado primeiro.

9.13 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

9.14- Declarada encerrada a etapa competitiva, a Pregoeira procederá à classificação definitiva das propostas exclusivamente pelo critério de maior oferta, consignado-a em ata.

9.15 - Nesta oportunidade será verificada a compatibilidade da maior oferta alcançada, com os parâmetros definidos pela Administração.

9.16 - A Pregoeira poderá negociar diretamente com o licitante que ofertou a maior proposta para que seja obtido valor melhor.

9.17 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira procederá à abertura do invólucro contendo a documentação de habilitação do licitante que ofertou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no presente edital.

9.18 - Estando a documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta e/ou contrariando qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira considerará o licitante inabilitado.

9.19 - Sendo considerado inabilitado o licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, a Pregoeira prosseguirá na abertura do envelope de documentação de habilitação do licitante classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de um dos licitantes classificados, sem prejuízo de nova análise e negociação dos valores ofertados.

9.20 - Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante classificado e habilitado, será declarado vencedor do certame, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso aos licitantes, nos termos da cláusula 10 deste instrumento.

9.21 - Na ausência de recursos ou decididos estes, observados os trâmites legais, será adjudicado o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologado o certame.

9.22 - Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados poderão ser devolvidos aos seus representantes na própria sessão, salvo se houver, no momento oportuno, manifestação de interesse de interpor recurso, hipótese em que ficarão retidos com a Pregoeira, até ulterior deliberação. Os envelopes dos licitantes classificados, não declarados vencedores do certame, permanecerão sob custódia da Pregoeira até o efetivo cumprimento da obrigação pelo licitante adjudicatário.

9.23 - Da sessão pública deste Pregão, lavrar-se-á ata circunstanciada na qual serão registrados todos os atos praticados, a qual, após ciência dos interessados, deverá ser assinada pela Pregoeira, demais membros da Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

## **10 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

10.1 - Declarado o vencedor, os licitantes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões e de igual prazo para as contra-razões, contados a partir do término do prazo do(s) recorrente(s), independentemente de qualquer comunicado, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante na sessão pública do pregão importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira

ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3 - Nos eventuais recursos, a recorrente deverá protocolar **documento escrito e assinado**, junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 17:00 horas ou através do E-mail: [protocolo@santagertrudes.sp.gov.br](mailto:protocolo@santagertrudes.sp.gov.br) ou pelo fax (19) 35458000.

10.4 - Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. Homologado o procedimento, será adjudicado o seu objeto a proposta de **maior oferta para o serviço a ser contratado**.

## **11 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 - O adjudicatário deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer para assinar o termo de contrato.

11.2 - A Administração poderá obrigar o Contratado a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, as obrigações do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos e serviços contemplados no contrato.

11.3 - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

**11.4 - O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da sua assinatura, que acontecerá em 01 de novembro de 2019.**

11.5 - O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe forem exigidas na licitação.

11.6 - O foro do contrato será o da Comarca de Rio Claro/SP.

## **12 - DO PAGAMENTO**

12.1 - O pagamento devido a Contratante será efetuado em até 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, **que acontecerá em 01 de novembro de 2019**, com valor correspondente ao da proposta vencedora do certame.

12.2 - O pagamento será feito através de crédito em conta corrente da Prefeitura.

### **13 - DAS SANÇÕES**

13.1 - Pelo descumprimento do Contrato, o Contratado sujeitar-se-á às penalidades prevista no Anexo VII – Minuta do Contrato.

13.2 - Ao Contratado total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas, as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93.

13.3 - É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

13.4 - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

13.5 - Nos casos de inexecução parcial ou total do ajuste é cabível a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

### **14 - DAS INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

14.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx19) 3545-8000.

14.2. As petições deverão ser encaminhadas **por escrito e assinadas**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 17:00 horas., através do e-mail: [protocolo@santagertrudes.sp.gov.br](mailto:protocolo@santagertrudes.sp.gov.br) ou pelo fax (19) 35458000.

#### **14.2.1. A PREFEITURA NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS QUE POSSAM VIR A OCORRER QUANDO DO ENCAMINHAMENTO DOS PEDIDOS CITADOS NO ITEM 14.2.**

14.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

14.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

14.5. Em caso de alteração no texto do Edital e de seus anexos, **que afete a formulação das propostas**, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

14.6. Cópias e vistas ao processo licitatório, deverão ser solicitadas **por escrito e assinadas**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 17:00 horas, através do e-mail: [protocolo@santagertrudes.sp.gov.br](mailto:protocolo@santagertrudes.sp.gov.br) ou pelo fax (19) 35458000.

#### **14.6.1. Será designada uma data, a partir do protocolo, para que o interessado retire as cópias solicitadas ou tenha vistas ao processo.**

## **15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.

15.2.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

15.3. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas financeiras serão rubricadas pela Pregoeira e pelos licitantes presentes que desejarem.

15.4. O comunicado de abertura desta licitação será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na imprensa escrita regional e de circulação no Estado.

15.5. Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, que é publicado conforme na forma da lei e afixado no quadro de avisos do Paço Municipal.

15.6. Os demais atos pertinentes, como o resultado, intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

15.7. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do contrato ou instrumento equivalente.

15.8. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira, observando-se os princípios e regras legais.

15.9. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação e a gestão do respectivo contrato, inclusive para efeito de aplicação de penalidades, será atribuição da Secretária Municipal de Administração e Planejamento – Danielle Zanardi Leão Silva.

15.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Claro, Estado de São Paulo, para dirimir as eventuais pendências oriundas do presente Edital.

15.12. A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, na forma, ensejo e limite da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

15.13. - Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação o licitante que não o fizer até o segundo dia útil da data fixada para o recebimento das propostas, nos termos do artigo 41 parágrafo 2º da Lei Federal 8.666/93.

15.14. - Caberá a Pregoeira com auxílio da equipe de Apoio decidir sobre a impugnação.

15.15. - Quando o deferimento da impugnação implicar alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.

15.16. - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante, não o impedirá de participar deste Pregão.

15.17. - Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

15.18. - A Administração reserva-se o direito de exigir documentação comprobatória do cumprimento de todas as exigências legais provenientes da licitação, bem como a promoção de diligência destinada a esclarecer a instrução do processo (§ 3º do artigo 43 da Lei 8.666/93).

15.19. As licitantes deverão manter e-mail atualizado par ao envio de notificações.

15.20. As comunicações realizadas através do e-mail cadastrados serão consideradas válidas e perfeitas na data do envio com a juntada do comprovante do envio no processo licitatório.

Santa Gertrudes, 07 de agosto de 2019.

**Rogério Pascon**  
**Prefeito do Município de Santa Gertrudes / SP**